



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

### A EXPRESSÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA NO SERVIÇO SOCIAL: REFLETINDO O CONTEXTO DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Karina Caputti Vidal<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca discutir a expansão do ensino à distância e seu contexto de expressão para o Serviço Social. Neste estudo, foram analisadas as Instituições de Ensino Superior com o maior número de polos de EAD e apontadas algumas considerações acerca do Projeto Político Pedagógico, buscando analisá-los conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

**Palavras-chave:** ensino a distância (EaD); polos de ensino; diretrizes curriculares; perfil profissional.

**Abstract:** The present article aims to discuss in the context of the expansion of distance education its expression for Social Work. That way, the Higher Education Institutions with more poles of education were analyzed. Thus, some considerations were pointed out about the Pedagogical Political Project, seeking to analyzed them according to the ABEPSS Curriculum Guidelines.

**Keywords:** distance education (EaD); poles of education; curricular guidelines; professional profile.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo debater a contrarreforma da Educação Superior Brasileira, considerando, neste contexto, a graduação de Serviço Social através da modalidade de ensino a distância (EaD).

Os resultados apresentados partem da análise das Instituições de Ensino Superior (IES) de São Paulo, estado brasileiro com a maior movimentação financeira e com a maior concessão de vagas nessa modalidade de ensino. Além dos dados que fundamentam essa expansão, o presente estudo ambiciona refletir sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) dos cursos de Serviço Social na modalidade EaD.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail:<karinacaputti@gmail.com>.

O processo da contrarreforma na educação superior nos levou a um novo modelo de educação, devido aos seguintes fatores: 1) o aumento de instituições privadas; 2) a execução de programas diretamente ligados a interesses de capital financeiro; 3) a exigência de um novo perfil profissional; 4) os ajustes ligados à flexibilização, através das Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação, voltados para a flexibilização das IES; 5) o aumento massivo do número de vagas por cursos; 6) a precarização do corpo docente; 7) o deslocamento do tripé da educação, que reduziu a obrigatoriedade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades; e 8) a utilização em larga escala da modalidade do EaD.

Neste contexto, a educação superior está intimamente ligada à necessidade de expansão do capital enquanto o EaD se apresenta como uma opção de formação rápida e de baixos investimentos. O propiciamento do governo FHC (1995-2002) ao surgimento do que se verificou como "a explosão" das IES privadas no ensino superior, e, posteriormente, a continuidade do processo no governo Lula (2003-2011), com a intensificação de vagas nas IES privadas, sucateamento das IES públicas e massificação do EaD, criaram uma condição propícia de captação financeira nas grandes instituições educacionais privadas.

O cenário em presente discussão, na óptica dos interesses mercadológicos, apresentam novos processos de formação.

## **2. A EXPANSÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL: o que os dados revelam.**

Para Chauí (2003) devemos considerar as alterações cruciais que ocorreram na universidade — que deixa de ser considerada instituição social inserida na divisão social e política — em busca de responder às contradições, passando a ser concebida como organização social e a gerir seu espaço e tempo. A intenção não é mais responder às contradições, mas vencer a competição.

A fragmentação no atual estágio do capitalismo infere sobre todas as esferas

sociais, provocando instabilidade nos diversos âmbitos da vida, criando uma ideia de flexibilidade, ou seja, de adaptação às mudanças ocorridas.

Considerando os fundamentos de sua função, ligados à sociabilidade dos indivíduos, a universidade sofre perda irremediável, voltando-se para uma lógica competitiva e de mercado, em que o fundamental é dar respostas às questões imediatas que, muitas vezes, desconsideram o complexo da totalidade que move as determinações sociais. A pesquisa segue o padrão organizacional e não tem tempo para a reflexão, pois o que importa é a produção que se liga aos interesses do mercado; assim, a pesquisa passa a ser entendida como “a delimitação estratégica de um campo de intervenção e controle” (CHAUÍ, 2003, p. 8).

A descaracterização da função social das Universidades possibilitou que novos processos de formação fossem inseridos. Neste contexto, o EaD apresenta-se como uma proposta viável tanto para o governo, na ampliação do acesso ao ensino superior, quanto para o interesse de ampliação do capital das empresas educacionais.

Através do Decreto n.5.622/2005, essa modalidade começa a ascender no contexto educacional. Conforme os dados do INEP no ano de 2014 foram ofertadas 2.800.358 vagas no EaD em todo o território nacional.

Em 2009, a atividade do EaD movimentava R\$ 3,812 bilhões no Brasil (4,2% do montante total no Brasil), contando com cerca de 2,65 milhões de estudantes (5,3% do número total no Brasil), distribuídos nos seguintes principais estados da União:

- SP – 653,3 mil estudantes (24,7%) = R\$ 940,1 milhões;
- RJ – 164,2 mil estudantes (6,2%) = R\$236,2 milhões;
- MG – 86,1 mil estudantes (3,2%) = R\$ 123,9 milhões (UNESCO, 2012, p. 98).

No ano de 2014, o Inep identificou o número de polos educacionais<sup>2</sup> no Brasil. A Tabela 1 apresenta o número de polos em cada uma das regiões.

**Tabela 1** – Número de polos educacionais por região

---

<sup>2</sup> O polo de apoio presencial é regulamentado pelo Decreto 5.622, de 2005, e está definido no art. 12 como: “a unidade operacional, no País ou no exterior, para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância”. Para o EaD, os procedimentos de regulação e avaliação estão regulamentados pelo Decreto 6.303 de 2007, que define as atividades presenciais obrigatórias.

Região	Pública	Privada	Total
Norte	56	308	364
Nordeste	447	606	1.053
<b>Sudeste</b>	<b>333</b>	<b>1.524</b>	<b>1.857</b>
Sul	276	848	1.124
Centro-Oeste	110	404	514
Distrito Federal	3	47	50
<b>Total - Brasil</b>	<b>1.222</b>	<b>3.690</b>	<b>4.912</b>

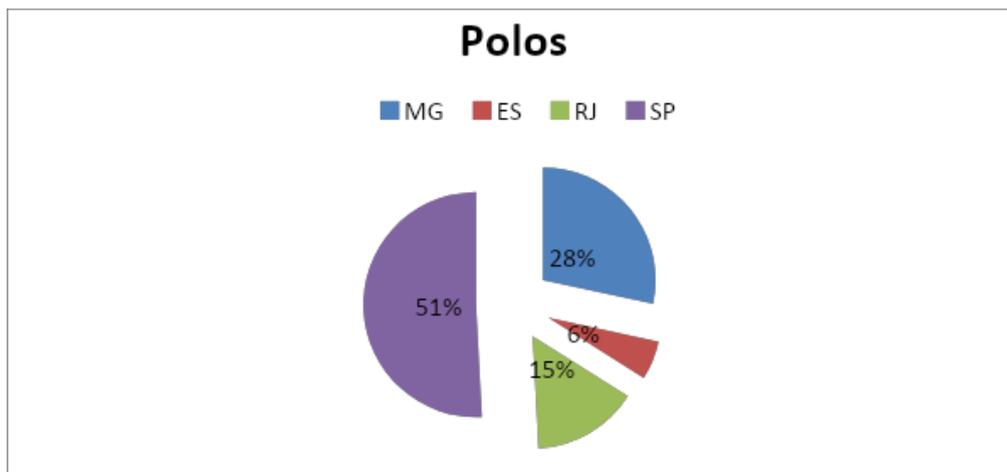
Fonte: Inep, 2014.

Identifica-se, na Tabela acima, que a Região Sudeste conta com a maior concentração de polos de EaD, representando 37,80% de todo o território nacional, além de características urbanas e econômicas que apresentam economia diversificada, representando 55% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, com forte desenvolvimento industrial, destacando-se, ainda, no setor de serviços; na agricultura, por exemplo, essa região conta com recursos tecnológicos e com a extração de minérios. É a região mais populosa do Brasil, sendo também a que representa o melhor rendimento mensal dos trabalhadores; de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2014, o rendimento era de R\$ 2.073,00. É, entretanto, a região do Brasil em que as desigualdades sociais aparecem de forma mais acentuada, com alto índice da população residindo em condições precárias.

O Sudeste concentra o maior número de IES no Brasil, com 47% do total, representando 49% das instituições privadas e 47,34% das unidades públicas, em todo o território nacional; a Educação Superior, portanto, tem significativo destaque na região (INEP, 2014).

A porcentagem dos polos de EaD, na Região Sudeste, está destacada no Gráfico 1.

**Gráfico 1** – Polos de EaD na região Sudeste



Fonte: Elaborado pela autora com dados do Inep - 2014.

Desse percentual de polos de EaD na Região Sudeste, o Estado de São Paulo representa 51% dos 1.857 pólos identificados pelo INEP no ano de 2014; desses, 5,93% estão nas IES públicas, enquanto os outros 94,07% estão nas IES privadas. Esses dados revelam o alto interesse no mercado educacional na oferta do EaD.

O discurso de democratizar o acesso às IES apresentado pelo governo indicava a ampliação das vagas do EaD, principalmente para as regiões mais remotas do país, onde existe escassez tanto de instituições públicas, quanto privadas, visto que o menor índice da população no ensino superior encontra-se nas Regiões Norte (1,9%) e Nordeste (2,3%), representando, contudo, as menores taxas no processo de expansão da educação superior.

Desvelar o discurso da “democratização do acesso ao Ensino Superior”, divulgado pelos órgãos estatais e pela grande mídia, é imprescindível, demonstrando que se trata, mais uma vez, de criar uma dualização discriminatória educacional: para camadas empobrecidas da população, o EaD ou cursos privados presenciais mais baratos e, para as elites e camadas médias altas, uma educação nas universidades públicas federais ou estaduais ou nas instituições privadas de alto prestígio social, como as católicas (PEREIRA, 2012, p. 43).

Os dados apresentados revelam que a região sudeste e a região sul são as que apresentam o maior número de pólos do ensino a distância, sendo, por outro lado, as que apresentam o maior número de IES. Dentre todos os Estados

brasileiros, São Paulo é o grande destaque no que tange às ofertas dos cursos à distância. No mais, este interesse é de cunho financeiro das grandes empresas educacionais, que acentuam estas ofertas em localidades que tenham maior público para o acesso, uma vez que o EaD se apresenta como uma possibilidade de acesso ao nível superior para a população pobre, considerando as baixas mensalidades e a flexibilização nos estudos.

### 3. O ENSINO A DISTÂNCIA NO SERVIÇO SOCIAL: refletindo a formação profissional

No ano de 2014, conforme dados do e-mec, foram identificadas 33 IES que disponibilizam vagas para o curso de Serviço Social no EaD. As instituições que apresentam maior número de polos no Estado de São Paulo estão identificadas abaixo, no Quadro 1:

**Quadro 1** – IES no Estado de São Paulo com maior destaque que disponibilizam curso de serviço social na modalidade EaD<sup>3</sup>

IES	Vagas Anuais	Polos de Ensino	Polos/SP
Centro Universitário (Uniseb)	5.000	137	65
Centro Universitário Internacional (Uninter)	3.000	421	75
Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (Uniplan)	4.260	71	40
<b>Universidade Anhanguera (Uniderp)</b>	<b>16.800</b>	<b>385</b>	<b>119</b>
<b>Universidade do Norte do Paraná (Unopar)</b>	<b>21.150</b>	<b>583</b>	<b>59</b>
<b>Universidade Paulista (Unip)</b>	<b>960</b>	<b>598</b>	<b>225</b>
Universidade Luterana do Brasil (Ulbra)	4.000	161	40
Universidade Santo Amaro (Unisa)	2.300	49	23
Universidade Estácio de Sá (Unesa)	4.045	80	10

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do e-mec no ano de 2016.

O Quadro 1 nos permite identificar que a Uniderp e a Unopar são as IES que mais disponibilizam vagas, ambas são da Kroton Educacional, o maior grupo educacional em valor de mercado e em número de alunos, de acordo com

<sup>3</sup> A identificação de todas as IES, no ano de 2014, que disponibilizavam o curso de Serviço Social na modalidade EaD estão identificadas na dissertação “ O Ensino a Distância: um reflexo da expansão mercantilizada da Educação Superior e os impactos no Serviço Social”, pg. 132-135.

matéria publicada no *Valor Econômico*<sup>4</sup>, em março de 2015. O grupo tem aproximadamente 987 mil alunos nos cursos de graduação e pós-graduação e a empresa teve lucro líquido de R\$ 244 milhões no primeiro trimestre de 2014. A matéria revela ainda que 61,2% dos alunos da graduação presencial possuem o FIES.

O EaD tem se apresentado enquanto uma ferramenta importante para as grandes empresas educacionais, pois tem baixo custo e proporciona maior alcance na perspectiva da expansão de alunos. Nesses grupos, o investimento externo transformou a educação em um mercado promissor e lucrativo; em matéria, a revista *Fórum*<sup>5</sup>, de agosto de 2013, aborda tema de domínio do capital estrangeiro nas empresas educacionais:

É um perigo muito grande para autonomia no processo de construção de conhecimento no nosso país. Essas universidades, na sua grande maioria, além de só visarem ao lucro e negociarem suas ações em bolsas de valores, não têm nenhum compromisso com o Brasil e nenhum compromisso em produzir conhecimento e fazer pesquisa (Roberto Franklin Leão, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) (REVISTA FÓRUM, 2013).

Foram ofertadas 97.526 vagas em todo o território nacional no curso de Serviço Social nesta modalidade de ensino, conforme os dados do INEP no ano de 2014, sendo identificado no mesmo período um total de 2.899 polos de ensino, 733 estando localizados no Estado de São Paulo.

Conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), cabe pontuar que essa elaboração ocorre após diversos debates e análises sobre a profissão, entendendo que a formação profissional exige rigor nos aspectos teórico, histórico e metodológico da realidade social. Espera-se a capacidade de apreender a sociedade capitalista perante a reprodução social, a partir da produção material e reprodução das relações sociais (ABESS/CEDEPSS, 1996).

De acordo com a ABEPSS (1997), esta proposta de formação parte da reafirmação do trabalho enquanto atividade central na constituição do ser social, processo de trabalho profissional que deve ser apreendido a partir de uma

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3963870/lucro-da-kroton-educacional-mais-do-que-dobra-no-quarto-trimestre>>.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2013/08/23/sob-o-dominio-do-capital-estrangeiro/>>.

construção teórico-metodológica que possibilite o repensar crítico do ideário profissional.

A formação profissional remete a um conjunto de conhecimentos indissociáveis que, nas Diretrizes Curriculares, traduzem-se em três núcleos de fundamentação, que não são autônomos e/ou hierarquizados, mas que se complementam e se interligam. Estes núcleos expressam níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, sendo capazes de subsidiar a atuação profissional. Cada um destes núcleos é responsável por um conjunto de conhecimentos (ABEPSS, 1997, p.8 ):

- I - Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social:** responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, ou seja, explicar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas;
- II. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira:** responsável pelo conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira e suas particularidades;
- III. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional:** o entendimento do Serviço Social enquanto especialização do trabalho e seu processo de trabalho, tendo como objeto as múltiplas expressões da questão social, o entendimento e competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política e uma postura investigativa.

Os núcleos de fundamentação expressam-se em matérias necessárias para a formação profissional, que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e, ainda, os componentes indispensáveis no processo de formação profissional; o estágio supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (ABEPSS, 1996).

Dentre as matérias indispensáveis para a formação, estão: Sociologia, Ciência Política, Economia Política, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Formação Sócio-histórica do Brasil, Direito, Política Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, Processo de Trabalho do Serviço Social, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social e Ética Profissional (ABEPSS, 1996).

Considerando o Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições destacadas no Quadro 1, cabe ressaltar que a organização do curso nessa

modalidade de ensino, além de não atender a todas as disciplinas fundamentais para a formação, não está em conformidade com as Diretrizes Curriculares, e não destaca como o tripé do ensino (pesquisa, ensino e extensão) ocorre, além de não apresentar a sistematização do estágio supervisionado.

Entre os elementos que aparecem nos PPPs com relação às disciplinas ofertadas, no caso da Unopar e Uniderp, identifica-se a ausência da disciplina de Processo de trabalho no Serviço Social, enquanto na Unip, identifica-se a ausência das seguintes disciplinas: Economia Política, Administração e Planejamento em Serviço Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Ciência Política, Processo de Trabalho do Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social e Sociologia.

No PPP da Unopar, é possível identificar disciplinas ofertadas além das definidas pelas Diretrizes Curriculares, como: educação à distância, políticas setoriais e políticas contemporâneas, além de serviço social na área da saúde, previdência social e assistência social, gestão social e análise das políticas sociais, comunicação na prática dos assistentes sociais gestão social e análise de políticas sociais.

No caso da Uniderp, identificam-se as seguintes disciplinas: família e sociedade, leitura e produção de texto, desenvolvimento pessoal e profissional, responsabilidade social e meio-ambiente, gestão do sistema único de assistência social, política social de atenção à criança e ao adolescente, rede socioassistencial e terceiro setor, e assessoria e consultoria em Serviço Social.

As disciplinas ofertadas na Unip são as seguintes: ação social junto à crianças, adolescentes e a terceira idade, comunicação e expressão, consultoria em Serviço Social, fundamentos da gestão social, política e controle social, projetos sociais no terceiro setor e Serviço Social interdisciplinar.

De forma geral, a organização das disciplinas ofertadas representa a fragmentação da proposta defendida pelas Diretrizes Curriculares, ocorrendo uma tendência de organizar o currículo conforme as áreas de atuação do assistente social, como se as expressões nos diferentes campos de atuação não se relacionassem com a realidade de produção e reprodução do capital. Assim, é uma formação que visa a atuação profissional operacional, tecnicista e

instrumentalista. A tendência é de um perfil profissional meramente executor das políticas sociais.

Outro fator relevante que pode ser observado nesta formação é a ênfase com relação à autoaprendizagem e o estudo autônomo, compreendendo o aluno enquanto responsável direto pelo próprio processo de aprendizado. “Estudar a distância tem como princípio o estudo autônomo, ou seja, que o aluno organize seu tempo para o estudo, com leituras e com pesquisas de materiais didáticos e conteúdos das disciplinas” (UNOPAR, 2013, p. 6).

Ou, ainda, “participação em atividades formacionais de incentivo à busca do autoaprendizado, com responsabilidade pessoal, social e intelectual” (UNIDERP, 2013, p.13).

No autoaprendizado e estudo autônomo, a ênfase do processo de conhecimento é colocada no aluno, a quem cabe definir como estudar. Assim, essa metodologia apresenta apoio relativo ao estudante e a educação passa a ser entendida como um processo individualizado, cabendo a cada aluno definir a própria aprendizagem, passando a buscar, portanto, conhecimento independentemente das teleaulas que, no geral, já apresentam conteúdo mais reduzido.

Nesse sentido, o processo de aprendizado ocorre de forma solitária, comprometendo o espaço de vivências e experiências, enquanto a integração ocorre exclusivamente com um computador e as relações se estabelecem de forma virtual.

[...] o perfil do profissional formado na modalidade EaD será marcado pela realização de estágios precários, pela ausência da transversalidade da pesquisa ao longo da formação, bem como a ausência de rica vivência junto à comunidade acadêmica e a um corpo docente com perfis e trajetórias teóricas distintas. Trata-se, logo, de um perfil empobrecido de formação profissional (PEREIRA, 2012, p.61).

Essa formação se contrapõe ao perfil profissional defendido pela categoria, uma vez que a apreensão da historicidade no capitalismo monopolista e suas expressões perante a questão social desconsideram a perspectiva histórico-social, retirando a concepção crítica da profissão, ancorada na teoria

social de Marx, o que compromete o Projeto Ético Político (PEP) da categoria, tornando-o uma abstração no cotidiano profissional.

O PEP se constitui enquanto projeto profissional crítico, mas sua concretização ocorre na práxis da “realização da vontade, da teleologia, resultado de uma causalidade posta por um sujeito que tinha em mente essa sua atividade” (GUERRA, 2015, p.60).

É na execução do trabalho profissional que o PEP pode ou não se realizar; a ética, quando desconsidera a teoria e a política, pode conduzir para ações individuais e mistificadas; a dimensão política deve ser entendida nas contradições e nos interesses das classes antagônicas, na compreensão de que participamos dos processos sociais enquanto classe trabalhadora; das implicações éticas e políticas consideradas ou não na ação profissional e os seus vínculos como projeto de sociedade; não é possível considerar uma ação ética desconsiderando o político. Portanto, as mediações necessárias para a concretização do PEP envolvem as dimensões teóricas, éticas e políticas (GUERRA, 2015).

O comprometimento das dimensões que envolvem o projeto profissional perante a atuação com os atendidos implica na ausência da mediação necessária na apreensão da realidade social, o que implica a falta de clareza da relação do Estado numa sociedade marcada pela divisão das classes sociais e uma tendência que responsabiliza e culpabiliza a população atendida nos diferentes serviços, assim, “a massificação e a perda de qualidade da formação universitária facilitam a submissão dos profissionais às demandas e “normas do mercado”, tendentes a um processo de politização à direita da categoria” (IAMAMOTO, 2014, p.629).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a contrarreforma, a ofensiva mercantilista e privatista na educação superior se amplia de maneira vertiginosa, transformando-a num serviço que visa atender aos interesses de lucro do capital, e ainda na busca de um perfil

profissional adaptável às necessidades de empregabilidade do mercado de trabalho.

Desse modo, a questão que se coloca é o controle sobre a classe trabalhadora; afinal, uma educação que se direciona apenas para a diplomação exerce com maestria a função de controlar os trabalhadores. “Outra necessidade fulcral do capital é o controle da classe trabalhadora: quanto menos controle o trabalhador tiver diante do processo produtivo, menor a possibilidade de resistência.” (PEREIRA, 2012, p. 63).

A precarização da educação superior representa o comprometimento das defesas históricas da categoria profissional. No ano de 2014, o contingente de profissionais concluintes no EaD foi de 13.343, enquanto no ensino presencial, o número de concluintes foi de 12.129; destes, somente 2.850 concluintes são de IES públicas. Sem dúvida alguma, a precarização da educação superior está presente em todas as instituições de ensino. Contudo, pelos elementos apresentados neste artigo, essa situação é ainda mais preocupante no EaD.

Os desafios para a profissão nesse contexto são múltiplos, considerando a necessidade de estratégias de aproximação desses profissionais na direção ética e política, defendida enquanto um projeto de profissão, ancorado a um projeto classista.

A defesa do Projeto Ético Político da profissão é um campo permanente de luta. O legado histórico do Serviço Social brasileiro viabiliza acúmulo teórico que possibilita a mediação da realidade social. A profissão, a partir da perspectiva de ruptura, apreende um espaço fecundo para a emancipação dos sujeitos sociais através do campo da resistência.

Buscar elementos que permitam apreender a tendência da formação funcional aos interesses do capital é urgente, a fim de compreender a direção política e os fundamentos teóricos que embasam e sustentam a formação profissional no contexto da precarização da educação superior.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL ( ABESS/CEDEPSS).. Diretrizes gerais para o curso de serviço social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 nov. 1996). Cadernos Abess, São Paulo: Cortez, n. 7, p. 58-76, nov. 1997.

\_\_\_\_\_. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 143- 171, abr. 1996.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

GUERRA, Yolanda. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético- político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. In: \_\_\_\_\_; FORTI, Valeria (Orgs.). Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: LumenJuris, 2015. p.39- 70.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no serviço social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out. /dez , 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (INEP/MEC). Sinopse estatística da educação superior 2014. Brasília: Inep/MEC, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 20 maio 2016.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos cursos de serviço social na modalidade EaD no Brasil: análise da tendência à desqualificação profissional. In: \_\_\_\_\_; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Orgs.). Serviço Social e Educação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. p. 51-70.

ROUSSELET, Felipe; FARIA, Glauco. Educação sob domínio do capital estrangeiro. Revista Fórum, 23 ago. 2013. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2013/08/23/sob-o-dominio-do-capital-estrangeiro/>. Acesso em: 5 maio 2016.

UNESCO. Desafios e perspectivas da educação superior brasileira – para a próxima década 2011-2020. Brasília, 2012.

UNIVERSIDADE ANHANGUERA (UNIDERP). Projeto político-pedagógico do curso de serviço social (EaD). Ano 2015. Disponível em: [http://www.uniderp.br/uniderp/pdf/mec/matriz/PPC\\_ServicoSocial.pdf](http://www.uniderp.br/uniderp/pdf/mec/matriz/PPC_ServicoSocial.pdf). Acesso em: 20 maio 2016.

UNIVERSIDADE DO NORTE DO PARANÁ (UNOPAR). Projeto político-pedagógico do curso de serviço social (EaD). Ano 2013. Disponível em: <http://www.unoparead.com.br/documentos/guia-percurso/servico-social.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.

UNIVERSIDADE PAULISTA (UNIP). Disponível em: [http://www.unip.br/ensino/graduacao/tradicionais/hum\\_serv\\_social\\_grade.aspx](http://www.unip.br/ensino/graduacao/tradicionais/hum_serv_social_grade.aspx). Acesso em: 20 maio 2016.

VALOR ECONÔMICO. Kroton e Estácio aprova projeto de fusão de negócios. Publicado em: 8 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4629205/kroton-e-estacio-aprovam-proposta-de-fusao-de-negocios>. Acesso em: 15 julho 2016.

VIDAL, Karina Caputti. O ensino a distância: um reflexo da expansão mercantilizada da educação superior e os impactos no Serviço Social. 2016. 193 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.